

Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do
auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 262JM-002-PB



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	18
Demonstrações contábeis	21
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	28

1. Aos Acionistas

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Concessionária da Rodovia BR-262 MG S/A (“Companhia”), relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. As referidas demonstrações foram elaboradas em estrita conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e suas alterações, com as normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e com as normas internacionais de contabilidade (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2. Informações sobre a Companhia

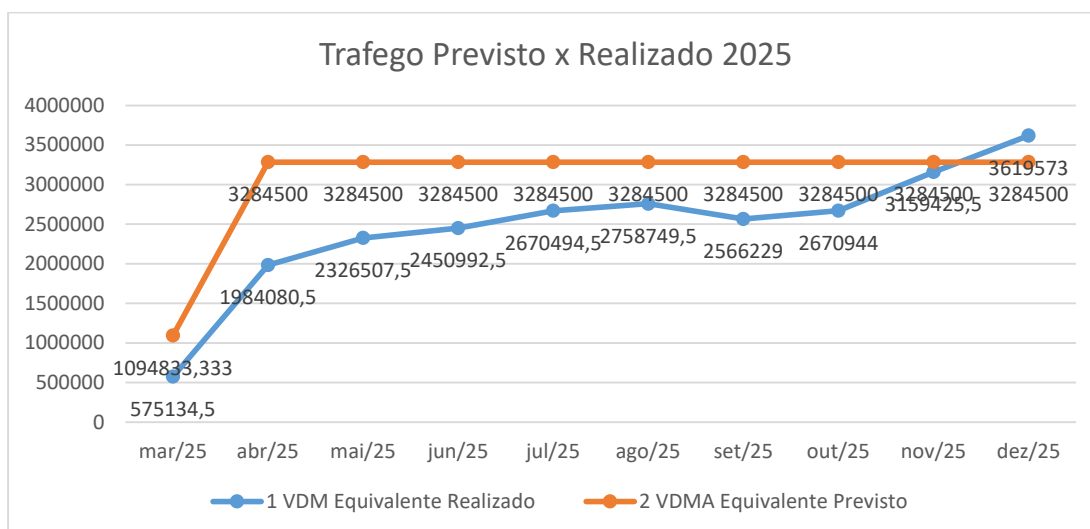
A Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A. (“Companhia”) localizada à Rua Belmira Montes Barroso nº 164, em Uberaba, Minas Gerais, é uma sociedade anônima constituída em 02 de dezembro de 2024, cuja atividade principal é a exploração, sob o regime de concessão, da Rodovia MG 262 (km 360,1 ao km 799) do Programa de Concessão de Rodovias do sistema Rodoviário da BR-262/MG (Uberaba/MG - Betim/MG), entre o KM 360,1 e o KM 799,0, no trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-381 (C) em Betim e o entroncamento com a BR-050 (A)/464(A) em Uberaba, nos termos, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão nº 03/2024 da Agência Nacional de Transportes Terrestres e no respectivo Contrato de Concessão, controlada pela Companhia Rota da BR 262 MG S.A., com 100% das ações.

A Companhia celebrou, em 14 de fevereiro de 2025, contrato de concessão pelo prazo de 30 anos, mediante licitação pública para operar a referida rodovia. O objeto da concessão consiste na recuperação, melhoramento, manutenção, operação e exploração das rodovias, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio (reajustáveis segundo cláusulas específicas), desde que previamente aprovadas pelo Poder Concedente, as quais podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e de lazer, inclusive as decorrentes de publicidade.

O projeto prevê a concessão, durante 30 anos, e prevê um investimento superior a R\$ 8,5 bilhões, sendo 4,3 bilhões em capex, com 44,3 km de duplicações, 169 km de faixa adicionais, 3,63 km de marginais, e outros melhoramentos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou 344 empregos diretos, abrangendo equipes de operação, arrecadação, manutenção, apoio administrativo e demais áreas necessárias à gestão da concessão. Deste total, 238 colaboradores encontram-se diretamente alocados nas operações e praças de pedágio, conforme detalhamento apresentado nas Demonstrações contábeis.

A companhia iniciou a operação em 21 de março de 2025, com 04 (quatro) praças de pedágio: P-1 localizada em Florestal, km 390+225 e P-3 localizada em Luz, Km 510+900, P-4 localizada em Campos Altos, Km 597+900 e P-6 localizada em Perdizes, Km 727+125, em 17 de novembro de 2025 iniciou a operação com 02 (dois) novos pórticos de cobrança automática, P-2 localizada em Nova Serrana, km 452,950 e P-5 localizada em Ivia, km 665,100, e conta com 9 (nove) bases operacionais e de atendimento a usuários, 1 (uma) balança fixa para operação da rodovia, todas na BR 262-MG.

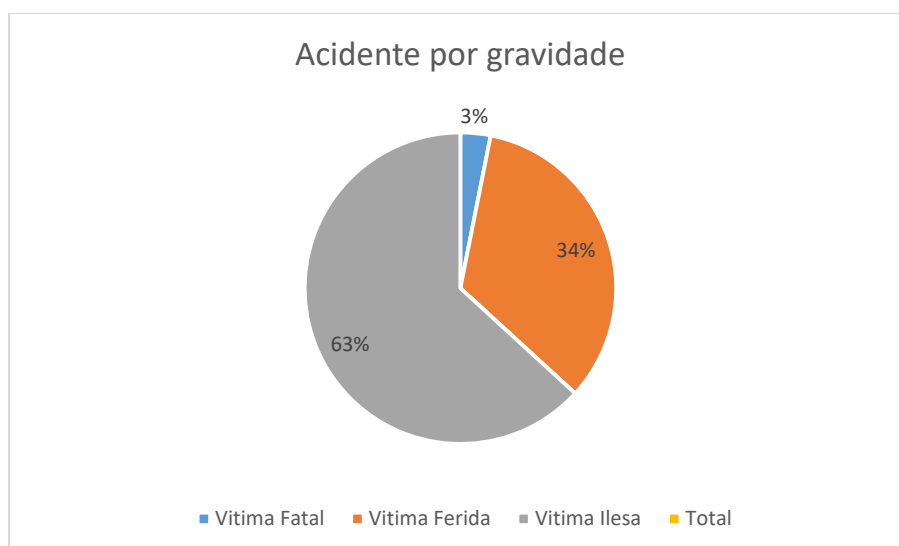


3.2. Segurança do Trânsito

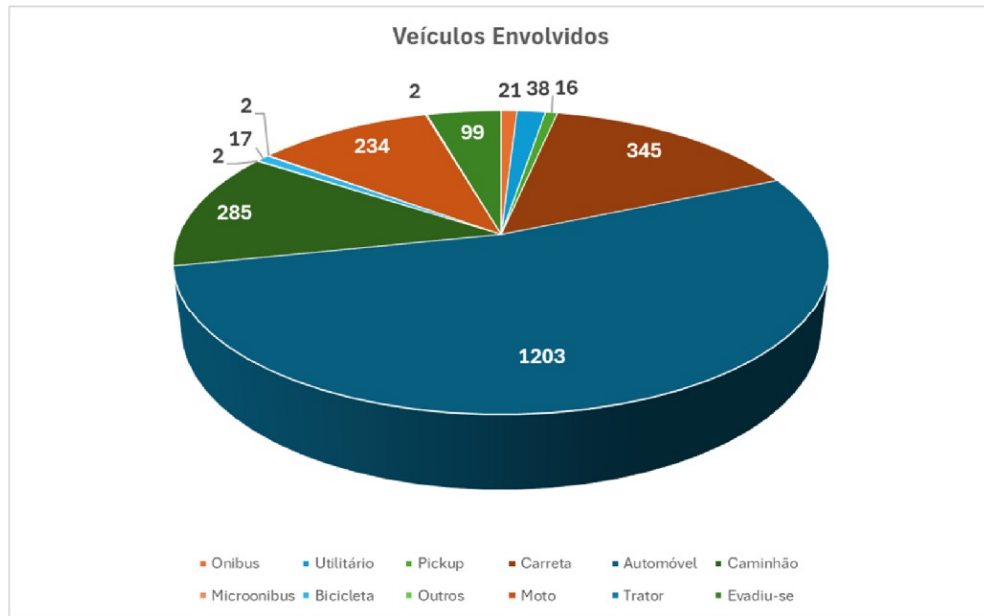
3.2.1 Acidentes

No gráfico abaixo apresenta os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e a quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício 2025.

O gráfico abaixo apresenta em % (percentual) dos principais acidentes por gravidade detectados no trecho concedido da rodovia.



O gráfico abaixo apresenta o quantitativo de sinistros por tipo de veículos detectados no trecho concedido da rodovia.



O gráfico abaixo apresenta o quantitativo de pessoas envolvidas no trecho concedido da rodovia.



3.3. Dados de Operação da Concessão

3.3.1 Veículos Alocados

Na tabela abaixo são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela concessionária na operação em 31 de dezembro de 2025 com o objetivo de permitir a comparação proporcional apresentados entre concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor do resultado da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipos de veículos alocados na concessão

Tipo de veículo	Quantidade	Qtde/100km
Inspeção de Tráfego	10	2,28
Guincho Leve	7	1,59
Guincho Pesado	4	0,91
Resgate	9	2,05
Apreensão de Animais	2	0,46
Combate à Incêndios	2	0,46
Total de Veículos Operacionais	34	7,75
Administração Operações	1	0,23
Administração Pedágio	2	0,46
Manutenção Eletroeletrônica	2	0,46
Apoio a Conservação de Rotina	4	0,91
Veículo Engenharia	3	0,68
Veículo Obras	3	0,68
Veículo Segurança Trabalho	2	0,46
Veículo Diretoria	1	0,23
Total de Veículos de Apoio	18	4,10
Total de Veículos	52	11,85

3.3.2 Funcionários Alocados

São apresentados na tabela abaixo as quantidades de funcionários empregados pela concessionária na operação da concessão em 31 dezembro de 2025, para facilitar a interpretação e comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, á acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor do resultado da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipos de funcionários alocados na operação da concessão

Tipo de função	Quantidade	Qtde/VDMA
Gerente de Operações e Segurança Viária	1	0,25
Supervisor de Tráfego	3	0,76
Assistente de Operações	1	0,25
Inspetor de Tráfego	40	10,15
Operador de Guincho Leve	30	7,61
Operador de Guincho Pesado	14	3,55
Operador de Caminhão Boiadeiro	8	2,03
Operador de Caminhão Pipa	8	2,03
Operador de CCO	8	2,03
Auxiliar de CCO	2	0,51
Atendente de 0800	2	0,51
Médico	0	0,00
Enfermeiro	0	0,00
Socorrista	0	0,00
Total de Pessoal Operacional	117	29,68
Supervisor de Arrecadação	2	0,51
Controlador de Pedágio	16	4,06
Agente de Pedágio	81	20,55
Auxiliar de Serviços Gerais	22	5,58
Total de Pessoal de Pedágio	121	30,70
Total	238	60,38

4. Análise Econômico-Financeira

Por ser uma concessionária de rodovias, uma das formas de acompanhar nosso desempenho operacional é através dos volumes de tráfego equivalentes gerados em nosso negócio.

Nos dados apresentados abaixo, não há comparativo devido ao início da operação da companhia em 21 de março de 2025.

4.1. Tráfego Consolidado

O tráfego apresentado para o exercício no exercício de 2025, está representado por 4 (quatro) praças de pedágio em operação desde 21 de março e 2 pórticos cobrança automática em operação desde 17 de novembro de 2025.

Segmentação do tráfego (veículos equivalentes)	2025
Veículos leves (mil)	5.454
Veículos pesados (mil)	19.329
	24.783

Segmentação do tráfego (veículos pagantes)	2025
Veículos leves (mil)	5.444
Veículos pesados (mil)	3.931
	9.375

4.2. Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta consolidada totalizou R\$ 426.866, no exercício de 2025. Sendo 52,67% de receita de pedágio, 47,30% de receitas de construção e o restante de outras receitas.

Composição da receita operacional bruta	2025
Arrecadação de pedágios	224.850
Receita acessórias	104
Receita de construção	201.913
Receita Operacional Bruta	426.867

4.3. Receita Operacional Líquida

Receita operacional líquida	2025
Receita operacional bruta	426.867
ISSQN	(11.245)
PIS	(1.389)
COFINS	(6.411)
Receita Operacional Líquida	407.822
(-) Receita de construção	201.913
Receita Operacional Líquida (-) Custo Construção	205.909

4.4. Investimentos

Investimentos (R\$ mil)	2025	Acumulado
Investimentos	264.226	264.226

4.5. Custos operacionais

Custos Operacionais (R\$ mil)	2025	Acumulado
Custos operacionais	66.625	66.625

4.6. ISS Repassados

ISS repassados (R\$ mil)	2025	Acumulado
ISS	11.245	11.245

4.7. Tarifas de Pedágio

Valor da tarifa por praça de pedágio (R\$) – Dez/25

Categoria	Categoria dos veículos											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	13
Eixos	2	2	3	3	4	4	5	6	7	8	-	9
Rodagem	Simple	Dupla	Simple	Dupla	Simple	Dupla	Dupla	Dupla	Dupla	Dupla	Moto	Dupla
Praça 1 - Florestal, 384.770km	10,30	20,60	15,45	30,90	20,60	41,20	51,50	61,80	72,10	82,40	0,00	92,70
Pórtico 2 - Nova Serrana, 452.950km	8,80	17,60	13,20	26,40	17,60	35,20	44,00	52,80	61,60	70,40	0,00	79,20
Praça 3 - Luz, 505.410km	10,40	20,80	15,60	31,20	20,80	41,60	52,00	62,40	72,80	83,20	0,00	93,60
Praça 4 - Campos Altos, 591.800km	10,00	20,00	15,00	30,00	20,00	40,00	50,00	60,00	70,00	80,00	0,00	90,00
Pórtico 5 - Ibiá, 665.100km	9,50	19,00	14,25	28,50	19,00	38,00	47,50	57,00	66,50	76,00	0,00	85,50
Praça 6 - Perdizes, 721.640km	10,30	20,60	15,45	30,90	20,60	41,20	51,50	61,80	72,10	82,40	0,00	92,70

4.8. Custos Operacionais

Os custos operacionais da Companhia são compostos por: gastos em conservação e operação da rodovia na prestação de serviços aos usuários, pela amortização das obras e investimentos executados conforme previsão dos contratos de concessão e de sistemas, equipamentos e veículos necessários para a operação da rodovia.

Compõem ainda estes custos as obrigações contratuais com (verba de fiscalização paga ao Poder Concedente, obrigações com recursos vinculados referente a retenção e 2% sobre as receitas operacionais), os seguros e as garantias contratualmente obrigatórios, custo com pessoal operacional, custo de construção e provisão de manutenção de acordo com o OCPC 05.

Os custos operacionais totalizaram R\$ 268.538 mil no exercício de 2025. Desse valor, R\$ 201.913 mil (75,1%) referem-se ao custo de construção reconhecido conforme ICPC 01, enquanto R\$ 66.625 mil (24,8%) correspondem aos custos operacionais recorrentes, incluindo conservação, pessoal, seguros, obrigações contratuais e outros custos diretamente relacionados à operação da rodovia.

Custos Operacionais	2025
Custos com conservação e manutenção	(14.956)
Custos com operação	(21.338)
Depreciação/Amortização	(1.842)
Custo de construção	(201.913)
Custos com verbas e seguros contratuais	(12.617)
Custos com pessoal	(15.872)
Total	(268.538)

4.9. Despesas Operacionais

As despesas operacionais da Companhia são compostas por gastos com pessoal, despesas gerais administrativas e depreciação dos bens da concessão, os gastos incorridos no exercício de dezembro de 2025, foram de R\$ 19.841, equivalente a 4,78% da receita líquida operacional.

Despesas Operacionais	2025
Despesas com pessoal	(3.922)
Depreciação	(758)
Despesas gerais e administrativas	(15.161)
Total	(19.841)

4.10. Ebitda

O EBITDA apurado, que corresponde ao lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações, totalizou R\$ 127.894 mil no exercício de 2025. A margem EBITDA alcançou 62,11%, calculada sobre a receita operacional líquida excluindo o custo de construção, conforme metodologia adotada pela Companhia e evidenciada nas Demonstrações contábeis.

Reconciliação do Ebitda	2025
Lucro/Prejuízo Líquido	84.429
(+) IR e CS	42.751
(+) Resultado financeiro líquido	(7.738)
(+) Amortização	2.600
EBITDA Ajustado	122.042
Margem EBITDA	59,27%

4.11. Resultado Financeiro

No exercício de dezembro de 2025 o resultado financeiro líquido ficou positivo em R\$ 7.738, devido aos rendimentos financeiros, decorrentes de aplicações de saldos de aportes de capital.

Resultado Financeiro	2025
Receitas Financeiras	9.009
Rendimento de aplicações financeiras	8.812
Outros	197
Despesas Financeiras	(1.271)
Pis e Cofins receita financeira	(424)
AVP provisões	(545)
Outros	(302)
Resultado Financeiro	7.738

4.12. Lucro líquido do exercício

A Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 84.429, no exercício no exercício de 2025

Lucro líquido do exercício

2025

84.429

4.13. Balanço Patrimonial

Em milhares de reais, exceto %	Períodos findo em:				
	31/12/2025	AV%	31/12/2024	AV%	AH%
Ativo Circulante (AC)	60.333	18,00%	1	100,00%	n/a
- Disponibilidades	28.243	8,43%	1	100,00%	n/a
- Recebíveis	31.428	9,38%	-	0,00%	n/a
- Parte relacionadas	70	0,02%	-	0,00%	n/a
- Despesas antecipadas	305	0,09%	-	0,00%	n/a
- Outros ativos circulantes	287	0,09%	-	0,00%	n/a
Ativo Não-Circulante	274.880	82,00%	-	0,00%	n/a
- Recursos vinculados	4.002	1,19%	-	0,00%	n/a
- Parte relacionadas	4.714	1,41%	-	0,00%	n/a
- Outros ativos de longo prazo	2.108	0,63%	-	0,00%	n/a
- Direito de uso	2.186	0,65%	-	0,00%	n/a
- Imobilizado	46.195	13,78%	-	0,00%	n/a
- Intangível	215.675	64,34%	-	0,00%	n/a
- Liquidez Geral	1,85	0,00%	n/a	n/a	n/a
- Imobil. Recursos Permanentes	0,28	0,00%	n/a	n/a	n/a
Ativo Total (AT)	335.213	100,00%	1	100,00%	n/a
Passivo Circulante (PC)	20.710	6,18%	-	0,00%	n/a
- Fornecedores	8.033	2,40%	-	0,00%	n/a
- Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	300	0,09%	-	0,00%	n/a
- Obrigações tributárias e sociais	11.735	3,50%	-	0,00%	n/a
- Obrigações contratuais	625	0,19%	-	0,00%	n/a
- Outros passivos circulantes	17	0,01%	-	0,00%	n/a
Passivo Não-Circulante	11.927	3,56%	-	0,00%	n/a
- Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	2.073	0,62%	-	0,00%	n/a
- Obrigações contratuais	4.002	1,19%	-	0,00%	n/a
- Provisão manutenção	5.852	1,75%	-	0,00%	n/a
- Dívida Bruta	32.637	9,74%	-	0,00%	n/a
- Composição do Endividamento	63,5%	0,00%	n/a	n/a	n/a
- Endividamento Geral	10,27	0,00%	n/a	n/a	n/a
Patrimônio Líquido (PL)	302.576	90,26%	1	100,00%	n/a
- Capital Social	267.623	79,84%	1	100,00%	n/a
- Capital de Terceiros/Próprio	-	0,00%	-	0,00%	n/a
- Reserva Legal e de lucros	34.953	10,43%	-	0,00%	n/a
Passivo Total (PT)	335.213	100%	1	100%	n/a

- Onde: AV (Análise vertical) AH (Análise horizontal)

31/12/2025

O ativo circulante totalizou R\$ 60.333 mil, equivalente a 18,0% do ativo total da Companhia em 31 de dezembro de 2025. Desse montante, R\$ 28.243 mil (8,43%) referem-se a caixa e equivalentes de caixa, enquanto R\$ 31.428 mil (9,38%) correspondem a contas a receber, principalmente decorrentes da arrecadação eletrônica dos pedágios; o saldo remanescente está composto por despesas antecipadas e outros ativos de curto prazo.

O ativo não circulante atingiu R\$ 274.880 mil (82,0% do ativo total), composto principalmente por: ativo imobilizado de R\$ 46.195 mil (13,78%), ativo intangível e intangível em construção somando R\$ 215.675 mil (64,34%), recursos vinculados à ANTT no valor de R\$ 4.002 mil (1,19%), valores a receber de partes relacionadas de R\$ 4.714 mil (1,41%), além de direito de uso de R\$ 2.186 mil (0,65%) e outros ativos de longo prazo.

O passivo circulante encerrou o exercício em R\$ 20.710 mil, representando 6,18% do total do passivo e patrimônio líquido, composto por fornecedores no montante de R\$ 8.033 mil (2,40%), obrigações tributárias e sociais de R\$ 11.735 mil (3,50%), além de outros passivos de curto prazo.

O passivo não circulante somou R\$ 11.927 mil (3,56% do total), composto essencialmente por passivos de arrendamento de R\$ 2.073 mil (0,62%), obrigações contratuais de longo prazo de R\$ 4.002 mil (1,19%), e provisão para manutenção de R\$ 5.852 mil (1,75%).

O patrimônio líquido totalizou R\$ 302.576 mil, correspondendo a 90,26% da estrutura de capital da Companhia. Esse montante é composto por capital social integralizado de R\$ 267.623 mil (79,84%) e reservas de lucro de R\$ 34.953 mil (10,43%), refletindo os resultados do exercício e as deliberações societárias aplicáveis.

5. Principais investimentos

Investimentos em (R\$ milhões)	2025	Acumulado
Infraestrutura operacional	48.168	48.168
Obras e melhoramentos	201.813	201.813
Outros	14.245	14.245
Total	264.226	264.226

A Concessionária foi constituída em 02 de dezembro de 2024, e teve seu início operacional em 21 de março de 2025, os investimentos estão em fase inicial, serão investidos mais de R\$ 4 bilhões em obras e infraestrutura, a concessão trabalha para oferecer segurança e conforto a todos que utilizam a rodovia por meio de prestados aos usuários.

6. Concessionaria em Números

Tabela - Rodovias 2025											
Dados anuais em mil											
Quilômetros da rodovia	Km 438,900										
Número dos veículos que transitaram	Categoria Veículos	1	2	3	4	5	6	7	8	9 ou +	Total
		5.386.712	679.319	48.067	744.863	6.461	467.156	254.024	828.762	959.381	9.374.745
Número das praças de pedágio	São 6 praças de pedágio em operação, sendo: Praça P-1 - Florestal, km 384,770, Protico P-2 - Nova Serrana, km 452,950, Praça P-3 - Luz, km 505,410, Praça P-4 - Campos Altos, km 591,800, Portico P-5 - Ibia, km 665,100, Praça P-6 - Perdizes, km 721,640.										
Tarifa	Categoria 1 - veículos de passeio e motocicletas com eixo duplo (dianteiro ou traseiro); Categoria 2 - veículos comerciais com 2 eixos duplos; Categoria 3 - veículos de passeio com semi reboque; Categoria 4 - veículos comerciais com 3 eixos duplos; Categoria 5 - veículos de passeio com reboque duplo; Categoria 6 - veículos comerciais com 4 eixos duplos; Categoria 7 - veículos comerciais com 5 eixos duplos; Categoria 8 - veículos comerciais com 6 eixos duplos; Categoria 9 - motocicletas de eixo simples; Categoria 8+1 - veículos comerciais com 7 eixos duplos; Categoria 8+2 - veículos comerciais com 8 eixos duplos; Categoria 8+3 - veículos comerciais com 9 eixos duplos; Conforme tabela dde valores anterior.										
Número de quilômetros mantidos	Km 438,900										
Trânsito Médio Diário Equivalente	88										
Trânsito Médio Anual Equivalente	2.690										
Equipes utilizadas pela concessionária	09 bases operacionais; Nenhuma balança; 164 câmeras; 0 contadores de tráfego (sat); 17 faixas monitoradas por radares; 0 estações meteorológicas; veículos utilizados na operação são 09 viaturas de inspeção, 07 guinchos leve, 04 guinchos pesado, 02 reboques boiadeiros, 04 caminhão pipa, 06 ambulância Tipo C e 03 ambulâncias tipo D.										
Índice de qualidade da estrada	Não se aplica										
Receita de pedágio	224.850										
Custos associados a receita de pedágio	(66.625)										
Fator Trabalho											
	Manut/Conserv	Operação	Monitoração	Projetos	Administrativo						
Número de trabalhadores	-	271	-	-	73						
Despesas com pessoal	-	(15.872)	-	-	(3.922)						
Fator Capital											
Despesas com depreciação e amortização	(2.356)										
Ativo líquido	261.870										
Ativo bruto	264.226										
Série histórica de investimentos	Ano	2025									
		264.226									
Fatores Intermediários											
Despesas com manutenção e conservação	(14.956)										
Despesas com operação	(21.338)										
Despesas com monitoração	-										
Despesas com projetos	-										
Despesas com administração	(15.161)										
Seguridade											
Quantidade de acidentes em 2025	Acidentes por gravidade	Quant.									
	Acidentes com mortes	45									
	Acidentes com feridos	475									
	Acidentes sem feridos	881									
	Total	1.401									
Indicadores											
Receita por veículo	9,07										
Custo por veículo	(3,49)										

7. Governança Corporativa

Relacionamento com os auditores independente

Em conformidade com a Instrução CVM 162/22, informamos que a Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. não prestou, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, quaisquer serviços que não os relacionados à auditoria independente das demonstrações financeiras. A contratação dos auditores está fundamentada nos princípios que asseguram sua independência, dentre os quais: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não deve exercer funções gerenciais na Companhia; e (c) não deve prestar serviços vedados pelas normas profissionais aplicáveis.

As informações constantes neste Relatório da Administração que não estejam claramente identificadas como provenientes das demonstrações contábeis foram elaboradas pela Companhia e, conseqüentemente, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

8. Declaração da Diretoria sobre as demonstrações contábeis e sobre o relatório dos auditores independentes

Em observância às disposições constantes no artigo CVM 80/22, de 29 de março de 2022, a Diretoria da Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A., declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório da auditoria independente Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Uberaba, 30 de março de 2026.

Paulo Nunes Lopes
Diretor Presidente

Paulo Vinícius Machado Gomes
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

9. Agradecimentos

A diretoria agradece a todos os usuários da rodovia, bem como aos acionistas, fornecedores e demais instituições governamentais, e a todos os profissionais pelo compromisso e dedicação na execução de suas atividades.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 -
6º andar, Sala 602 - Vila do Golf -
Ribeirão Preto (SP) Brasil
T +55 16 3103-8940
www.grantthornton.com.br

Aos acionistas e administradores da
Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.
Uberaba - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS accounting standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS accounting standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 30 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-036.768/O-4 F SP



Marcelo Castro Valentini
Contador CRC 1SP-239.472/O-2

Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	28.243	1
Contas a receber de clientes	6	31.428	-
Partes relacionadas	16	70	-
Despesas antecipadas	7	305	-
Adiantamentos	-	286	-
Outros ativos	-	-	-
Total do ativo circulante		60.332	1
Ativo não circulante			
Recursos vinculados	8	4.002	-
Partes relacionadas	16	4.714	-
Impostos diferidos	21	2.053	-
Outros ativos		55	-
Direito de uso	9	2.186	-
Imobilizado	10	46.195	-
Intangível	11	159.526	-
Intangível em construção	12	56.149	-
Total do ativo não circulante		274.880	-
Total do ativo		335.212	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Fornecedores	13	8.033	-
Obrigações tributárias e sociais	14	11.735	-
Obrigações contratuais	15	625	-
Passivos de arrendamentos	17	300	-
Outras obrigações		17	-
Total do passivo circulante		20.710	-
Passivo não circulante			
Obrigações contratuais	15	4.002	-
Passivos de arrendamentos	17	2.073	-
Provisão manutenção	18	5.852	-
Total do passivo não circulante		11.927	-
Patrimônio líquido	19		
Capital social		267.623	1
Reserva legal		4.221	-
Reserva especial de dividendos		30.731	-
Total do patrimônio líquido		302.575	1
Total do passivo e do patrimônio líquido		335.212	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.

Demonstrações do resultado para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	22	205.909	-
Receitas com construção e infraestrutura	22	201.913	-
Custo dos serviços prestados	23	(66.626)	-
Custos com construção e infraestrutura	23	(201.913)	-
Lucro bruto		139.283	-
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	22	(19.821)	-
Outros resultados operacionais	-	(20)	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social		119.442	-
Resultado financeiro			
	24		
Receitas financeiras		9.009	-
Despesas financeiras		(1.271)	-
		7.738	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		127.180	-
Imposto de renda e contribuição social	21	(44.804)	-
Imposto diferido	21	2.053	-
		(42.751)	-
Lucro líquido do exercício		84.429	-
Lucro líquido básico e diluído por ação - em reais		0,5161	

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis.

Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	84.429	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	84.429	-

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis.

Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva especial de dividendos	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1	-	-	1
Lucro líquido do exercício		-	-	84.429	84.429
Constituição reserva legal		-	4.221	(4.221)	-
Distribuição de dividendos	19	-	-	(49.477)	(49.477)
Integração de capital social	19	267.622	-	-	267.622
Saldos em 31 de dezembro de 2025		267.623	4.221	30.731	302.575

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os
exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	31/12/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	127.180
Ajustes para conciliar o lucro antes dos impostos com o caixa gerado pelas atividades operacionais	
Depreciação e amortização	2.600
Baixas líquidas de imobilizado	20
Provisão manutenção	5.852
Recursos vinculados	(4.002)
Decréscimo/acrécimo em ativos e passivos	
Contas a receber de clientes	(31.428)
Adiantamentos	(286)
Outros ativos	(56)
Despesas antecipadas	(305)
Fornecedores	8.033
Obrigações contratuais	4.627
Partes relacionadas	(4.784)
Obrigações sociais e tributárias	5.328
Outros passivos	16
Imposto de renda e contribuição pagos	(38.395)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	74.400
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Adições ao ativo imobilizado	(48.088)
Adições ao ativo intangível	(216.159)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(264.247)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Aumento de capital	267.622
Dividendos pagos	(49.477)
Arrendamento	(56)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	218.089
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa:	28.242
Caixa e equivalente de caixa no início do período	1
Caixa e equivalente de caixa no final do período	28.243
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa:	28.242

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os
exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	31/12/2025
Receitas	
Venda de serviços	224.850
Receitas acessórias	103
Receitas de construção - ativos da concessão	201.913
Total	426.866
Insumos adquiridos de terceiros	
Custo dos serviços prestados	(47.844)
Custo de construção - Ativos da concessão	(201.913)
Materiais, energia, serviços e outros	(13.566)
Outras receitas não operacionais	(693)
Total	(264.016)
Valor adicionado bruto	162.850
Retenções	
Depreciação e amortização	(2.600)
Valor adicionado líquido	160.250
Valor recebido em transferência	
Receitas financeiras	9.009
Total	9.009
Valor adicionado total a distribuir	169.259
Distribuição do valor adicionado	
A - Pessoal e encargos	
Remuneração direta	(9.232)
Benefícios	(4.268)
F.G.T.S.	(804)
Outros	(5.491)
Total	(19.795)
B - Impostos, taxas e contribuições	
Federais	(50.975)
Municipais	(11.245)
Total	(62.220)
C - Juros e aluguéis	
Juros	(36)
Aluguéis	(1.738)
Outros	(1.041)
Total	(2.815)
D - Remuneração do capital próprio	
Lucro do período	(84.429)
Valor adicionado total a distribuir	(169.259)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis

1. Contexto operacional

A Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A. (“Companhia”), com sede à Rua Belmira Montes Barroso nº 164, no município de Uberaba, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima constituída em 2 de dezembro de 2024. Sua atividade principal consiste na exploração, sob o regime de concessão, da Rodovia BR-262/MG, no trecho compreendido entre o km 360,1 e o km 799,0, correspondente ao segmento entre o entroncamento com a BR-381, no município de Betim (MG), e o entroncamento com a BR-050/464, no município de Uberaba (MG), integrante do Programa de Concessão do Sistema Rodoviário Federal.

A Companhia é integralmente controlada pela Rota da BR 262 MG S.A., que detém 100% de suas ações. Em 14 de fevereiro de 2025, foi celebrado contrato de concessão com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), pelo prazo de 30 anos, decorrente de processo licitatório público, nos termos e condições estabelecidos no Edital de Concessão nº 03/2024 e no respectivo Contrato de Concessão.

O objeto da concessão compreende a recuperação, ampliação, melhoramento, conservação, manutenção e operação da rodovia concedida, bem como sua exploração econômica, incluindo a arrecadação de tarifas de pedágio — reajustáveis conforme cláusulas contratuais específicas e condicionadas à aprovação do Poder Concedente — e demais receitas acessórias relacionadas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio, acessos, áreas de serviço e de lazer, inclusive receitas decorrentes de publicidade.

O prazo da concessão tem término previsto para março de 2055. Ao final do contrato, os trechos rodoviários sob administração da Companhia serão revertidos ao Poder Concedente, não havendo previsão contratual de prorrogação automática.

Em razão do início das operações da Companhia em março de 2025, os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2024 reflete exclusivamente o aporte inicial de capital social, não tendo ocorrido movimentações operacionais ou financeiras relevantes naquele exercício social. Dessa forma, as informações apresentadas para fins comparativos são praticamente nulas, não permitindo análises significativas de variação ou evolução entre os exercícios sociais apresentados.

2. Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, e somente elas, que estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração no desempenho de suas funções.

A Companhia não possui registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todavia, por opção de governança corporativa, elabora e apresenta suas demonstrações financeiras observando a estrutura, o rito de apresentação e os padrões de evidenciação previstos nas normas expedidas pela CVM, aplicáveis aos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

O critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável. Na preparação das demonstrações contábeis anuais individuais e consolidadas, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e julgamentos relevantes estão divulgados na nota explicativa 3.12 - Uso de estimativas e julgamentos.

A administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 30 de março de 2026.

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das políticas contábeis materiais

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.2. Contas a receber

As contas a receber são reconhecidas quando a Companhia tem direito contratual de receber valores decorrentes da arrecadação de pedágios, principalmente por meio de instrumentos eletrônicos. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidos da provisão para perdas de crédito esperadas, quando aplicável, conforme CPC 48 – Instrumentos financeiros.

A Companhia avalia periodicamente a necessidade de constituição de provisão para perdas de crédito esperadas com base em histórico de inadimplência, risco de crédito e informações prospectivas. Informações adicionais sobre a composição, vencimento e avaliação das contas a receber estão apresentadas na Nota Explicativa nº 5.

3.3. Imobilizado

Obras em andamento, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado para descontinuação de um ativo após seu uso é incluído no custo do respectivo ativo se forem atendidos os critérios de reconhecimento para uma provisão.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso.

3.4. Intangível

Representa o direito de exploração da infraestrutura concedida, reconhecido conforme ICPC 01/IFRIC12. Amortizado com base na curva de tráfego estimada ao longo do prazo da concessão.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido aquando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

O critério definido para amortização é com base no prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os valores registrados como “Gastos com leilão” no ativo intangível correspondem exclusivamente aos custos incorridos pela Companhia durante o processo licitatório e preparação da concessão.

3.5. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Companhia avalia, no mínimo ao final de cada exercício social, se existem indicações de perda por redução ao valor recuperável de seus ativos não financeiros, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01 /IAS 36– Redução ao valor recuperável de ativos. Quando tais indicações existem, ou quando a avaliação anual é requerida, o valor recuperável do ativo ou da respectiva unidade geradora de caixa (UGC) é estimado.

O valor recuperável é definido como o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesas de venda. O valor em uso é determinado com base em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e aos riscos específicos do ativo ou da UGC.

No caso da concessão rodoviária, os ativos intangíveis relacionados ao direito de exploração da infraestrutura são avaliados, para fins de *impairment*, no nível da unidade geradora de caixa correspondente à concessão, considerando projeções de tráfego, tarifas de pedágio, custos operacionais, investimentos previstos e demais premissas relevantes, consistentes com o prazo contratual da concessão.

Caso o valor contábil de um ativo ou UGC exceda seu valor recuperável, a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado do exercício. Nos exercícios subsequentes, a Companhia reavalia a existência de indícios de reversão de perdas reconhecidas em períodos anteriores, procedendo à reversão quando aplicável, observados os limites previstos no CPC 01/IAS 36.

3.6. Reconhecimento de receita

Receita de pedágio

A receita será reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita será mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimento e tributos ou encargos sobre a prestação de serviços.

A receita será reconhecida em conformidade com o regime contabilidade de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registrados no resultado quando a passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receitas de operação ou serviços são reconhecidos no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão e serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01/IFRIC12 – Contratos de concessão, as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Receitas acessórias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos como receitas acessórias na demonstração de resultado da Companhia.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou por um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.7. Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece instrumentos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS9 – Instrumentos financeiros. Os principais instrumentos financeiros registrados são aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e passivos de arrendamento.

As aplicações financeiras são classificadas como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber são mensuradas ao custo amortizado, com avaliação periódica de perdas esperadas.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos, operações de hedge ou ativos financeiros complexos. Portanto, os demais dispositivos previstos na norma não se aplicam à realidade operacional da Companhia.

3.8. Tributação

Imposto de renda e contribuição social correntes

As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço, conforme a seguir:

Imposto de renda sobre lucro	15%
Adicional de imposto de renda sobre o lucro	10%
Contribuição social sobre o lucro	9%

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados que possam vir a ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.

Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos sobre vendas e aquisição de produtos e serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
Contribuição para Seguridade Social (Cofins) – Cumulativa	3,00%
Programa de Integração Social (PIS) – Cumulativa	0,65%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	5,00%

Esses encargos são apresentados como deduções da receita bruta.

3.9. Arrendamentos

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamento para os quais os termos do arrendamento terminam dentro de 12 meses a partir da data da aplicação inicial, e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

3.10. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Demonstração do valor adicionado (DVA) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, como parte de suas demonstrações contábeis, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e foi elaborada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do valor adicionado.

3.11. Provisão de manutenção – Contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, serão registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data das demonstrações contábeis.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção será contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura será mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

3.11.1. Provisões gerais

As provisões serão reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. A despesa relativa a quaisquer provisões será apresentada na demonstração do resultado.

3.11.2. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.12. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das informações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, utilize estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas são baseadas em dados históricos, premissas atuais e projeções futuras, e são revisadas periodicamente. Alterações nas estimativas são reconhecidas nos exercícios em que ocorrem e em exercícios futuros afetados.

As informações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma nas práticas contábeis descritas nas notas explicativas, e considerando a continuidade operacional da Companhia.

As principais áreas que exigem julgamentos e estimativas significativas incluem:

- Provisão para perdas de crédito esperadas sobre contas a receber;
- Provisão para manutenção da infraestrutura da concessão;
- Avaliação do valor justo de instrumentos financeiros;
- Reconhecimento de impostos diferidos considerando expectativa de geração de lucro tributável futuro;
- Testes de recuperabilidade (*impairment*) de ativos não financeiros.

3.13. Resultado básico e diluído por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período. O resultado por ações diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações da Companhia pela quantidade média ponderada de ações levando em consideração opções, conversíveis (títulos e quotas) e outros títulos que poderiam criar diluição. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o número de ações durante o exercício apresentado.

	31/12/2025
Lucro líquido	84.429
Média ponderada de ações ordinárias para o lucro básico por ação	163.596
Lucro básico por ação - Em R\$	0,5161

3.14. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura ICPC 01 (R1) /IFRIC12

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) /IFRIC12 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1) / IFRIC12, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. A companhia não tem nenhum direito contratual até a data desta informação financeira.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. A companhia não tem nenhum direito a um ativo financeiro até a data desta informação financeira.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e manutenção em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

O valor ofertado no leilão que antecede a assinatura do contrato de concessão (“Lance do Leilão”) é depositado em uma conta bancária específica, de movimentação restrita, administrada por instituição financeira designada e com uso exclusivo para finalidades previstas no contrato de concessão. Embora a conta seja registrada em nome da Companhia, sua movimentação é controlada pelo Poder Concedente, não constituindo caixa disponível ou recurso de livre utilização pela Companhia.

Esse depósito não é classificado como ativo intangível, tampouco representa pagamento de outorga fixa no sentido tradicional e não gera obrigação contratual parcelada. Em razão das restrições de uso e da finalidade regulatória, o valor correspondente é reconhecido como ativo financeiro restrito, apresentado em “Depósitos Vinculados” no ativo não circulante.

Parte da receita bruta da concessão deve ser destinada automaticamente a contas vinculadas mantidas junto ao Banco Depositário. Esses valores são destinados exclusivamente ao atendimento dos mecanismos contratuais, tais como compensações, reequilíbrios econômico-financeiros e demais obrigações regulatórias. Esses montantes não representam outorga variável ou obrigação com o Poder Concedente.

4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para exercício anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade

A partir de 1º de janeiro de 2025, o CPC incorporou mudanças relacionadas à falta de convertibilidade de moedas, conforme atualização do IASB. As alterações definem como avaliar se uma moeda é conversível, como determinar a taxa de câmbio quando não houver convertibilidade e exigem divulgações sobre impactos dessa situação no desempenho, posição financeira e fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações ao CPC 18 (R3) e ICPC 09

Em setembro de 2024, o CPC atualizou normas para alinhar práticas brasileiras às internacionais, permitindo a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) em investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais, prática já aceita nas demonstrações separadas pelo IASB. As mudanças entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e não geraram impactos materiais nas demonstrações contábeis da Companhia.

OCPC 10 – Créditos de carbono e descarbonização

Orienta o reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono e instrumentos de descarbonização, incluindo passivos associados a metas de redução de emissões. A adoção obrigatória está definida para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025, embora já vigente, é apresentado para fins informativos. A Companhia atualmente não detém créditos de carbono, permissões de emissão ou CBIOS, e, portanto, não há efeitos nas demonstrações contábeis. Caso venha a realizar tais operações, aplicará prospectivamente os critérios estabelecidos.

5.1. Normas e leis tributárias emitidas, mais ainda não vigentes

A Companhia monitorou as normas e legislações tributárias emitidas, mas ainda não vigentes, que podem afetar suas demonstrações contábeis em períodos futuros. As principais normas e leis identificadas são:

- Lei no 14.789/2023 / MP 1.185/2023
Normas que alteram a tributação de subvenções governamentais, a dedutibilidade de incentivos e o tratamento de créditos tributários. A aplicação futura depende de regulamentação adicional, e os impactos ainda estão sendo avaliados.
- CBS – Contribuição sobre Bens e Serviços (substituição do PIS/COFINS)
Entrada em vigor prevista para 2027, condicionada à regulamentação. A Companhia informa que não é possível estimar os impactos até que as regras estejam definidas.
- Pilar Dois – GloBE / Lei no 15.079/2024
Implementa a tributação mínima global de 15%, via Adicional da CSSL, para grupos multinacionais. A Companhia afirma que, embora já promulgada, parte da regra depende de detalhamento complementar e que não são esperados impactos materiais.

A Companhia reforça que não adotou antecipadamente nenhuma das normas acima e não identificou normas IFRS/IFRIC ainda não vigentes que possam gerar impactos materiais nas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa geral (praças e sede)	309	1
Bancos - Conta corrente	259	-
Bancos - Aplicação	27.675	-
Total	28.243	1

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) com remuneração entre 95% e 110% do CDI, em 31 de dezembro de 2025, decorrentes de valores recebidos de aportes de capital.

6. Contas a receber

	31/12/2025
Pedagio eletrônico	30.971
Cartões débito, crédito e PIX	428
Outros	29
Total	31.428

As contas a receber da Companhia são originadas da arrecadação nas praças de pedágios, principalmente de corrente do uso de instrumentos eletrônicos, ou seja, toda forma de arrecadação que não seja papel.

Em 31 de dezembro de 2025, a administração da Companhia entende que não faz necessária a constituição de provisão para perda de créditos esperada sobre o saldo de contas a receber, tendo em vista que o montante total de contas a receber é substancialmente composto por créditos com Companhias de arrecadação eletrônica, para as quais inexistente histórico de inadimplência, e com vencimentos entre 30 e 40 dias.

A Companhia pode ainda solicitar a antecipação dos recebíveis de pedágio, mediante de taxas pelas operadoras de cobrança eletrônica.

A Companhia avaliou o ajuste o valor presente dos seus saldos de contas a receber de clientes na data de 31 de dezembro de 2025, e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados nas informações contábeis.

A arrecadação de pedágio na companhia, teve início em 21 de março de 2025.

7. Despesas antecipadas

	31/12/2025
Seguros a apropriar	305
Total	305

- Seguros decorrentes de obrigações contratuais da concessão, seguro garantia, riscos operacionais, engenharia e civil.

8. Recursos vinculados

	31/12/2025
Saldo inicial	-
Depósitos de recursos vinculados	3.875
Rendimentos dos recursos vinculados	127
Total	4.002

Trata-se de recursos vinculados em conta reserva da ANTT (Poder Concedente) correspondente a 2% aos recursos de receitas creditados em conta centralizadora, para utilização exclusivamente as seguintes finalidades:

- i) Compensações decorrentes de desconto de usuário frequente (DUF);

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii) Recomposições de equilíbrio econômico-financeiro da concessão; e

iii) Pagamento de indenizações em função da extinção da concessão.

E vedado a Companhia a utilização dos valores para prestação e fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia. Havendo saldo remanescente na aplicação financeira no fim do contrato de concessão, o montante será transferido a conta do tesouro.

9. Direito de uso

a) Composição

	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
				31/12/2025	31/12/2024
Imóveis (i)	10,00%	2.429	(243)	2.186	-
Total	-	2.429	(243)	2.186	-

1) Direito de uso referente a locação de prédios administrativos.

b) Movimentação

Custo	Imóveis
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-
Adição	2.429
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.429
Amortização	(243)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(243)
Valor residual líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.186

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado**a) Composição**

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				31/12/2025	31/12/2024
Equipamentos e instalações	10%	2.898	(86)	2.812	-
Móveis e utensílios	10%	939	(33)	906	-
Veículos	10 e 20%	13.386	(1.466)	11.920	-
Computadores e periféricos	20%	3.611	(253)	3.358	-
Outros imobilizados	4%	2.219	(35)	2.184	-
Adto fornecedores (i)	-	25.015	-	25.015	-
Total		48.068	(1.873)	46.195	-

(i) Adiantamentos a fornecedores de aquisição de bens para composição do ativo imobilizado (veículos, computadores, máquinas e equipamentos).

b) Movimentação

Custo	Equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Outros imobilizados em bens de terceiros	Adiantamento fornecedores	Em andamento	Total
Saldos em 31/12/2024	-	-	-	-	-	-	-	-
Adição	2.926	1.058	13.104	2.592	200	25.637	2.275	47.792
Transferências	(28)	(119)	282	743	2.019	(622)	(2.275)	-
Transferências Intangível	-	-	-	297	-	-	-	297
Baixas	-	-	-	(21)	-	-	-	(21)
Saldos em 31/12/2025	2.898	939	13.386	3.611	2.219	25.015	-	48.068
Depreciação	(86)	(33)	(1.466)	(254)	(35)	-	-	(1.874)
Baixas	-	-	-	1	-	-	-	1
Saldos em 31/12/2025	(86)	(33)	(1.466)	(253)	(35)	-	-	(1.873)
Valor residual líquido								
Saldos em 31/12/2025	2.812	906	11.920	3.358	2.184	25.015	-	46.195

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível**a) Composição**

	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
				31/12/2025	31/12/2024
Recuperação	3,41%	126.447	-	126.447	-
Operação	3,41%	100	-	100	-
Melhoramentos	3,41%	19.217	-	19.217	-
Gastos com leilão	3,35%	12.270	(272)	11.998	-
Software	20,00%	1.975	(211)	1.764	-
Total		160.009	(483)	159.526	-

b) Movimentação

Custo	Gastos					Total do intangível
	Recuperação	Operação	Melhoramentos	com leilão	Software	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	-	-
Adição	-	-	-	12.270	1.975	14.245
Transferências Construção	126.447	100	19.217	-	-	145.764
Saldos em 31 de dezembro de 2025	126.447	100	19.217	12.270	1.975	160.009
Amortização	-	-	-	(272)	(211)	(483)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	-	-	(272)	(211)	(483)
Valor residual líquido						
Saldos em 31 de dezembro de 2025	126.447	100	19.217	11.998	1.764	159.526

12. Intangível em construção**a) Composição**

	Custo	Líquido	
		31/12/2025	31/12/2024
Em construção	56.149	56.149	-
Total	56.149	56.149	-

(i) Se refere a adiantamentos a fornecedores de aquisição de bens para composição do ativo intangível (sistemas de arrecadação e outros intangíveis)

b) Movimentação

Custo	Adiantamento fornecedores	Intangível em construção	Total do intangível em construção
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	-	-
Adição	3.546	202.210	205.756
Transferências ativo	-	(297)	(297)
Transferências intangível	(3.546)	(145.764)	(149.310)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	56.149	56.149
Valor residual líquido			
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	56.149	56.149

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Fornecedores e prestadores de serviços

	31/12/2025
Operações	184
Infraestrutura e sistemas	7.480
Diversos	369
Total	8.033

Os passivos com fornecedores não incidem juros e são liquidados em até 60 dias.

14. Obrigações sociais e tributárias

Tributárias:	31/12/2025
Imposto de renda	4.541
Contribuição social	1.868
PIS	211
Cofins	980
ISS	1.680
Impostos retidos terceiros	770
Total das obrigações tributárias	10.050

Sociais:	31/12/2025
INSS	347
IRRF	74
FGTS	86
Provisões férias e 13º salário	1.178
Total das obrigações sociais	1.685

Total com obrigações	11.735
-----------------------------	---------------

15. Obrigações contratuais

	31/12/2025
Verba de fiscalização (a)	625
Recursos vinculados (b)	4.002
Total	4.627

Total curto prazo	625
--------------------------	------------

Total longo prazo	4.002
--------------------------	--------------

(a) Em conformidade com as disposições do contrato de concessão, a Companhia deverá recolher em favor da ANTT a verba de fiscalização destinada a cobertura das despesas de fiscalização da concessão, o recolhimento se dará sempre até o 5º dia útil do mês subsequente, através de GRU específica em nome do poder concedente

(b) Conforme estabelecido no contrato de concessão, os recursos vinculados são um mecanismo de proteção da concessão mantido a longo prazo de todo o contrato de concessão em aplicação financeira de movimentação exclusiva autorizada pelo poder concedente. O saldo é referente a retenção de 2% sobre os créditos vinculados a receita, maiores informações, vide Nota Explicativa nº 8.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Transações com partes relacionadas**Composição de contas a receber**

	Contas a receber e adiantamentos	
	31/12/2025	31/12/2024
4Road Concessões S.A (a)	4	-
Way Concessões S.A (b)	10	-
Rota da BR 262 MG S.A (c)	4.450	-
Concessionária da Rodovia MS (d)	26	-
Concessionária da Rodovia do Leste (e)	30	-
Concessionária Rota Sertaneja MG-GO (f)	144	-
Rota da BR 153 MG-GO (g)	120	-
Total	4.784	-
Circulante	70	-
Não circulante	4.714	-

a) Referente a pagamentos de despesas com custas de constituição, publicações e arquivamento de atos societários. Não há remuneração sobre esses pagamentos e serão reembolsados em 12 meses.

b) Referente a pagamentos de despesas com custas de constituição, publicações e arquivamento de atos societários. Não há remuneração sobre esses pagamentos e serão reembolsados em 12 meses.

c) Referente a pagamentos de despesas com custas de constituição, publicações e arquivamento de atos societários, e custas com emissão de debêntures. Não há remuneração sobre esses pagamentos e serão reembolsados em 12 meses.

d) Referente a pagamento de mensalidade de plano de saúde corporativa, conforme rateio.

e) Referente a pagamento de mensalidade de plano de saúde corporativa, conforme rateio.

f) Referente a pagamento de despesas com custas de constituição, e custas de emissão de financiamento.

g) Referente a pagamento de despesas com custas de constituição, e custas de emissão de financiamento.

Contratos com parte relacionadas

Serviços contratados	Valor contratado	Valor executado	Saldo
Obras de restauração da rodovia	25.163	(25.163)	-

Consórcio TORC SENPAR 262, contrato de prestação de serviços com objeto de empreitada para reparos superficiais e profundos localizado, na rodovia BR 262, em área aproximadamente de 438,9km, saldo em 31 de dezembro de 2025.

O valor de R\$ 25.163 realizado no exercício está compondo o valor de R\$ 159.526, do Intangível, conforme Nota Explicativa nº 10.

Prazo para execução de 8 (oito) meses.

Remuneração do pessoal-chave da administração

A companhia é administrada por uma diretoria executiva, composta por 03 diretores, eleitos para o mandato de 02 (dois) anos, admitida a reeleição.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2025, as despesas pagas com esses administradores foram de R\$ 160 (cento e sessenta mil reais).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Arrendamento operacional

	31/12/2025
Saldo inicial	-
Adições	2.429
Baixas	(360)
AVP Despesa financeira	304
Saldo final	2.373
Passivo circulante	300
Passivo não circulante	2.073

Arrendamento referente a locação das sedes administrativas.

Em seu reconhecimento inicial os arrendamentos de direito de uso são mensurados pelo valor presente dos pagamentos considerando uma taxa de desconto de 13,40%, além de considerar uma inflação média de 4,75% a.a.

18. Provisão para manutenção

A Concessionária possui a obrigação contratual de as condições de conservação e manutenção da rodovia estabelecidas pelo Programa de Exploração da Rodovia (PER). Para essas manutenções previstas, a administração optou por reconhecer um passivo contingente decorrente do desgaste da vida útil dos custos aplicados na conservação da rodovia.

A provisão destes passivos está calculada com base nos de caixa previstos para fazer frente a cada item a serem recuperados e terão os desembolsos previstos a partir de 2030 e estão contabilizados a valor presente com uma taxa de desconto de 10,63% a.a., mais correção anual pelo IPCA.

a) Composição

	31/12/2025
Provisão para manutenção - não circulante	5.852
Total	5.852

b) Movimentação

	31/12/2025
Saldo inicial	-
Provisão para manutenção	5.610
AVP provisão manutenção	242
Saldo final	5.852

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia era de R\$ 1. Durante o exercício de 2025, os acionistas realizaram integralização de capital no montante de R\$ 267.622. Dessa forma, o capital social da Companhia totalizava R\$ 267.623 em 31 de dezembro de 2025.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Segue a composição do quadro societário da Companhia em 31 de dezembro de 2025:

Controladora	CNPJ	País	Ações Ordinárias		
			Participação	Quantidade	Valor R\$
Rota da BR 262 MG S.A.	57.582.342/0001-84	Brasil	100,00%	267.622.943	267.622.943

- Em 15 e 20 de janeiro de 2025, houve uma integralização de R\$ 131.472.983 de capital.
- Em 19 de setembro de 2025, houve uma integralização de R\$ 136.149.960 de capital.

b) Reserva legal

Em conformidade com o artigo 193 da Lei no 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), a Companhia constituirá a reserva legal ao final do exercício social, à razão de 5% do lucro líquido do exercício, até que atinja 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, houve constituição de reserva legal de R\$ 4.221, e R\$ 0,00 para 31 de dezembro de 2024.

c) Reserva especial de dividendos

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava R\$ 30.731 mil em lucros retidos, correspondentes à parcela do lucro líquido do exercício ainda não destinada a presente data. Esses valores permanecem retidos até deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária (AGO) a ser realizada ao longo de 2026, ocasião em que a Administração pretende propor a sua distribuição integral como dividendo adicional, em complemento aos dividendos já antecipados durante o exercício.

Nos termos do art. 202, §4o, da Lei no 6.404/76, os lucros não distribuídos por decisão da Assembleia, quando não destinados a reservas estatutárias ou legais, devem ser registrados em “Reserva Especial de Dividendos”. Caso essa reserva não seja absorvida por prejuízos de exercícios subsequentes, ela deverá ser obrigatoriamente distribuída aos acionistas como dividendo, tão logo a situação financeira da Companhia o permita.

d) Dividendos

Aos acionistas é assegurado o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei nº 6.404/76. Em 10 de outubro de 2025, a Companhia efetuou aprovação e distribuição antecipada de dividendos no montante de R\$ 49.476é, os quais são imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício

20. Instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais os quais se destinam atender às suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito, taxas de juros e de moeda.

Os instrumentos financeiros da Companhia, tanto ativos quanto passivos, são reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, esses instrumentos são mensurados pelo custo amortizado quando se enquadram nessa categoria, conforme previsto no CPC 48 / IFRS 9.

Segue o quadro com a categoria dos instrumentos financeiros referentes à Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

	Notas	31/12/2025	31/12/2024	Custo amortizado
Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado				
Aplicações financeiras	4	27.675	-	Custo amortizado
Contas receber	5	31.428	-	Custo amortizado
Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado cujo valor justo é divulgado				
Fornecedores	12	8.033	-	-
Arrendamentos operacionais	16	2.373	-	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Hierarquização em 03 níveis para a mensuração do valor justo, sendo que sua mensuração é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. Inputs observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto inputs não observáveis refletem as premissas de mercado da Companhia. Esses dois tipos de inputs criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

- Nível 1 – Preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos;
- Nível 2 – Preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e
- Nível 3 – Instrumentos cujos inputs significantes não são observáveis.

Os valores referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo, com valor presente líquido ajustado a taxa de juros vigente no mercado, se aproximam de valores de mercado.

Gerenciamento de risco

Os principais fatores de risco de mercado e as suas influências sobre o negócio da Companhia são os seguintes:

Risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui riscos cambiais.

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo Poder Concedente que autoriza o aumento dos preços das tarifas mediante a aplicação de uma cesta de índices (taxa paramétrica). As tarifas são reajustadas anualmente em março de cada exercício.

Risco regulatório

Por consequência de dispositivos contratuais, a Companhia assume como riscos o volume de tráfego a ser cobrada a tarifa pedagiada, os montantes despendidos como custos operacionais e a responsabilidade pela obtenção de financiamentos. Também conforme cláusulas de contrato, os reajustes tarifários, quando concedidos parcialmente ou com atrasos, bem como eventuais alterações na legislação tributária, deverão ser objeto de reconhecimento pelo Poder Concedente e obrigatoriamente levado a cálculo de reequilíbrio econômico e financeiro contratual, modificando o valor das tarifas de pedágio ou o cronograma de investimentos.

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos empréstimos e aplicações financeiras que a Companhia possuía exposição na data-base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos 05 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base no relatório focus de 02 de janeiro de 2026 foi extraída a projeção do indexador CDI para os próximos 12 meses e este definido como o cenário provável, sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente.

Receitas financeiras

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração o fluxo de vencimentos de cada contrato.

Projeção das receitas financeiras

Indexador	Aplicações financeiras				
	Queda de 25%	Queda de 50%	Base case	Aumento de 25%	Aumento de 50%
	Cenário II	Cenário I	Cenário provável	Cenário III	Cenário IV
CDI - %	11,25%	7,50%	15,00%	18,75%	22,50%

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo principal		Projeção das receitas financeiras - 2025				
	31/12/2025		Queda de	Queda de	Base case	Aumento de	Aumento de
Taxa de remuneração			25%	50%		25%	50%
Aplicação	CDI	27.675	3.113	2.076	4.151	5.189	6.227
Total aplicado		27.675	3.113	2.076	4.151	5.189	6.227

21. Imposto de renda e contribuição social**a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado do exercício de findo em 31 de dezembro de 2025**

	31/12/2025
Lucro antes dos impostos e contribuições	127.180
Alíquota vigente	34%
Imposto de renda calculada pela alíquota vigente	(43.241)
Efeito tributário sobre as principais adições (exclusões):	
Outras adições exclusões permanentes	(185)
Incentivos fiscais: patrocínio Lei Rouanet	675
Imposto de renda e contribuição social	(42.751)
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	(44.804)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	2.053
Alíquota efetiva	34%

b) Imposto de renda e contribuição social diferido

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados que possam vir a ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data do balanço e é baixado na extensão em que não é provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

	31/12/2025
Ativo	
Diferenças temporárias sobre arrendamentos	63
Diferenças temporárias sobre provisão manutenção	1.990
Total	2.053

22. Receita operacional líquida

	31/12/2025
Receitas de pedágios	224.850
Receitas acessórias	104
Receitas de construção - ativos da concessão	201.913
Receita bruta de serviços	426.867
Impostos incidentes sobre serviços	(19.045)
Receita líquida	407.822

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Custos e despesas por natureza

	31/12/2025
Custo operacional	
Custo de construção - Ativos da concessão	(201.913)
Custo de conservação e manutenção rodovias	(14.956)
Custo operacional de rodovias	(21.338)
Custo com pessoal	(15.872)
Seguros	(2.767)
Custos contratuais da concessão	(9.850)
Amortização intangível	(396)
Depreciação ativo	(1.446)
Total	(268.538)

	31/12/2025
Despesas gerais e administrativas	
Despesas com pessoal	(3.922)
Serviços de terceiros	(8.415)
Material e equipamentos	(1.677)
Despesas gerais	(4.376)
Outras receitas não operacionais	(693)
Amortização arrendamento	(243)
Amortização intangível	(87)
Depreciação ativo	(428)
Total	(19.841)

24. Resultado financeiro

	31/12/2025
Receitas	
Rendimentos de aplicação	8.812
Outros	197
Total	9.009
Despesas	
PIS e Cofins sobre receita financeira	(424)
AVP Arrendamentos operacional	(303)
AVP Provisão manutenção	(242)
Outros	(302)
Total	(1.271)
Resultado financeiro	7.738

25. Seguros e garantias

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e cumprir suas responsabilidades contratuais perante a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), tendo os acionistas como fiadores da operação. A Companhia possui por força contratual, quando aplicável, cobertura de seguros para execução das obras de ampliação, conservação, manutenção e operação da rodovia. Adicionalmente, mantém coberturas de seguros necessárias e suficientes para garantir uma efetiva e completa cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “all risks” para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas. Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros estabelecida pela diretoria da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Seguradora	Modalidade	Vigência	Valor prêmio	Valor cobertura
Pottencial Seguradora S.A.	Garantia	De 01/02/2025 a 02/02/2026	567.952	236.000
Tokio Marine Seguradora S.A.	Resp. civil geral	De 01/02/2025 a 02/02/2026	598.627	10.000
Chubb Seguros do Brasil S.A.	Riscos operacional	De 01/02/2025 a 02/02/2026	1.916.733	30.000
Axa Seguros S.A.	Riscos engenharia	De 01/02/2025 a 01/02/2026	109.528	118.105
Total			-	394.105

26. Compromissos com a concessão

a) Investimentos contratuais

Os investimentos a serem realizado pela concessão, para os próximos 30 anos, estão contemplados construção de pórticos de cobrança de pedágios, melhorias das bases, Saus, praças de pedágios existentes, atendimentos de usuários, melhoria de prédios da policia rodoviária, construção de balanças fixas, restaurações de rodovia, duplicações, intersecções, viadutos, obras de artes especiais, sinalização monitoração e demais investimentos que estão contemplados no Programa de Exploração Rodoviária (PER).

a) Verba de Fiscalização

Refere-se a verba de fiscalização recolhida a ANTT ao longo de todo o prazo da concessão, com o objeto de cobrir as despesas de fiscalização da concessão. A tabela a seguir previsão de valores a pagar dividido em 12 parcelas iguais e mensais, o valor e corrigido com base no índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio. Esses valores estão estimados com base nos valores do ano de 2025.

Período	Valor
De 03 a 12/2025	5.848
2026	7.501
2027	7.501
2028	7.501
De 2029 a 03/2055	180.024
Total	208.375

27 Provisão para contingências

A Companhia não é parte em processos de natureza cível ou de qualquer outra natureza decorrentes do curso de suas operações. Dessa forma, não há contingências registradas ou classificadas como de perda possível, provável ou remota. A Administração, com apoio de seus assessores jurídicos e, quando necessário, de especialistas externos, realiza periodicamente a avaliação do ambiente jurídico aplicável às atividades da Companhia, assegurando que eventuais riscos processuais sejam tempestivamente identificados e tratados. No entanto, até a presente data, não foram identificadas demandas que exijam a constituição de provisão para riscos processuais.

* * *